

## **Medida Provisória 676, de 17 de junho de 2015**

- **Altera a Lei nº 8.213/1991**
- Ao vetar a emenda 45 à MP 664, que instituía fórmula 85/95 como alternativa ao fator previdenciário – a Presidente baixou a Medida Provisória 676.
- A MP 676 garante a implementação da fórmula 85/95, porém com 4 mudanças restritivas em relação à emenda vetada.
- **1º** - progressividade na fórmula 85/95. Principal mudança. Em janeiro de 2022 será de 90/100.
- **2º** - exclusão do dispositivo que determinava o congelamento da tabela de mortalidade sempre que o segurado atingisse o tempo de contribuição para requerer aposentadoria.
- **3º** - exigência do mesmo tempo de contribuição dos demais trabalhadores para que a fórmula seja aplicada aos professores da educação infantil e do ensino fundamental.
- **4º** exclusão da incidência do fator previdenciário do cálculo do benefício do segurado com deficiência. \* Por se tratar de aposentadoria especial, regulamentada pela Lei Complementar nº 142/2013, já está afastada a incidência do fator previdenciário.

## Medida Provisória 676, de 17 de junho de 2015

- Altera a Lei nº 8.213/1991
- Sinais de um tempo restritivo a direitos sociais e trabalhistas
- O discurso do déficit, da longevidade e da alteração demográfica carece de estudos que afastem a impressão de que as mudanças tenham cunho apenas fiscal.
- Potencial restritivo à meta do pleno emprego – art. 170,

### Possíveis inconstitucionalidades:

- Art. 62/CF – Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
- Art. 246 da Constituição - proíbe a regulamentação por medida provisória de matéria que tenha sido objeto de Emenda à Constituição entre 1994 e 2001, caso da mudança na regra de cálculo do benefício no Regime Geral da Previdência Social que foi objeto da Emenda Constitucional nº 20, de 1998. \* PL em regime de urgência.
- Princípio da isonomia entre beneficiários do regime geral e do regime próprio dos servidores. A Emenda Constitucional 47 instituiu a fórmula 85/95 para os servidores públicos sem qualquer progressividade. **Tratamento diferenciado em nível de lei ordinária para o segurado do regime geral, sem previsão constitucional.**